



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CÂMARA MUNICIPAL DE PETRÓPOLIS
COMISSÃO PERMANENTE DE TRABALHO E DEFESA DOS SERVIDORES
PÚBLICOS

PARECER FAVORÁVEL Nº 3832/2023

REFERÊNCIA: PROJETO DE LEI - PROCESSO N. 0160/2022

RELATOR: DUDU

EMENTA: DISPÕE SOBRE ASSEGURAR ASSESSORIA JURÍDICA GRATUITA PARA OS MEMBROS DA GUARDA MUNICIPAL DO MUNICÍPIO DE PETRÓPOLIS.

Considerando a Relatoria designada e os requisitos necessários para elaboração de Parecer dispostos no art. 52, §1º e incisos do Regimento Interno da Câmara Municipal de Petrópolis, segue pronunciamento:

RELATÓRIO:

Trata-se de um Projeto de Lei 0160/2022 dos Ilmos Vereadores, Fred Procópio, Hingo Hammes e Octávio Sampaio que dispõe sobre assegurar assessoria jurídica gratuita para os membros da guarda municipal do município de Petrópolis.

II – DO MÉRITO:

Em consonância com os dispositivos elencados no art. 52, §1º, incisos I, II e III do Regimento Interno da Câmara Municipal de Petrópolis, segue o parecer:

- Comissão de Trabalho e Defesa dos Servidores Públicos

Inicialmente, cumpre esclarecer as competências da Comissão de Trabalho e Defesa dos Servidores Públicos:

Art. 35. Constituem campos temáticos ou áreas específicas de atividades de cada Comissão Permanente: (NR) (redação estabelecida pelo art. 1º da Resolução nº 001, de 17.01.2013 - Pub. 18.01.2013) .

VI - Da Comissão de Trabalho e Defesa dos Servidores Públicos: (NR LM 001/2021)

a) opinar sobre proposições relativas a:

- 1- estudo e métodos de criação do trabalho e emprego;
- 2- ministrar palestras sobre formas de qualificação da mão de obra;

3- promover iniciativas, campanhas e qualificações para o trabalho;

4- receber reclamações e encaminhá-las aos órgãos competentes;

5- estudar, participar de conferências, debater, emitir pareceres técnicos e adotar as medidas cabíveis na sua esfera de atribuição;

6- convocar audiências públicas sobre o trabalho e emprego;

7- fiscalizar os direitos dos trabalhadores;

8- orientar os trabalhadores.

b) proposições e matérias relacionadas com a política municipal dos Servidores Públicos ou a eles referentes, em particular:

1 - regime jurídico e planos de carreira;

2 - direitos, vantagens e deveres;

3 - previdência e assistência social;

4 - cessão a empresas ou entidades públicas ou privadas;

5 - concurso público.

c) (Revogado pelo art. 10 da Resolução nº 001, de 13.01.2021).

d) (Revogado pelo art. 10 da Resolução nº 001, de 13.01.2021).

e) (Revogado pelo art. 10 da Resolução nº 001, de 13.01.2021).

f) (Revogado pelo art. 10 da Resolução nº 001, de 13.01.2021).

g) (Revogado pelo art. 10 da Resolução nº 001, de 13.01.2021).

h) (Revogado pelo art. 10 da Resolução nº 001, de 13.01.2021).

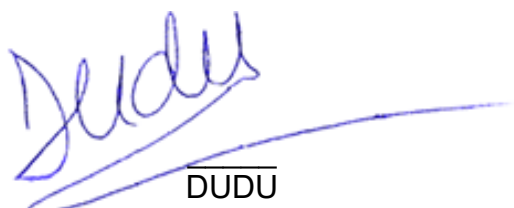
III- CONCLUSÃO:

Isto posto, com base nas atribuições acima elencadas, apresenta o voto do Vice Presidente da Comissão, referente ao Projeto de Lei 0160/2022, reconhece ter grande cunho social e vê como apto apreciar no plenário.

Desta forma, por todo o exposto, o (Vice- Presidente) da Comissão Permanente de Trabalho e Defesa dos Servidores Públicos de Petrópolis, vota **FAVORAVELMENTE** a tramitação do Projeto de Lei.

Sala das Comissões em 12 de junho de 2023

DUDU



DUDU

Vice - Presidente

Mauro Peralta

DR. MAURO PERALTA
Vogal